

# **O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população**

*Antonio Carlos Diegues  
Antropólogo, Universidade de São Paulo*

**Texto originalmente preparado para o CENPEC**

**Março 2007**

## **Introdução**

Este trabalho pretende retratar a grande diversidade ecológica e cultural existente no Vale do Ribeira e no litoral paulista. Ela apresenta a maior área florestada de Mata Atlântica do Brasil, um litoral de paisagens variadas, um grande número de áreas protegidas, englobando paisagens de grande beleza e uma grande diversidade de culturas, como a caiçara, a quilombola, a caipira, bem como comunidades de migrantes como a nordestina e remanescentes de programas governamentais de colonização como a japonesa, a francesa, a suíça e a alemã, entre outras.

### **1. A diversidade ecológica e cultural da região**

As áreas estudadas serão divididas em: Vale do Ribeira, ( Alto, Médio e Baixo Ribeira) e o litoral paulista ( litoral sul, Baixada Santista e Litoral Norte

O *Vale do Ribeira*, em sua porção situada no Estado de São Paulo possui uma área de 1.711.533 hectares, abrangendo 23 municípios: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajatí, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Jquitiba, Miracatu, Pariquera-Açú, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí. Nesses municípios do Vale do Ribeira vivem cerca de 307.000 habitantes ( IBGE, 1991).

A *Baixada Santista* é a porção litorânea mais povoada e industrializada, com quase um milhão de habitantes ( 1991), cobrindo os municípios de Santos, Guarujá, Bertioga, Peruíbe, Itanhaém Cubatão, São Vicente e Praia Grande

O *litoral norte de São Paulo* abrange os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião.

#### **A diversidade biológica**

O Vale do Ribeira apresenta uma grande diversidade de paisagens. O *Alto Ribeira*, é marcado pela presença da Serra do Mar, apresentando uma paisagem montanhosa e florestada, por onde passa o Rio Ribeira, em cujas margens situam-se cidades e municípios como Iporanga, Apiaí, Ribeira, Itaoca. A região do *Médio Ribeira* é marcado pela presença do rio que recebe vários afluentes como o Juquiá, o Jacupiranga e onde se situam cidades como Eldorado, Sete Barras, Juquiá, Jacupiranga

e Registro. Já na região do *Baixo Ribeira* as terras são mais planas e inundáveis, onde o rio desce em meandros até desembocar na região litorânea próxima a Iguape.

*A região litorânea paulista*, entre Cananéia ao sul e Ubatuba, ao norte, podendo ser subdividida entre litoral sul paulista, Baixada Santista e Litoral Norte, apresentando uma diversidade de habitats como manguezais, estuários, deltas, restingas, praias e costões rochosos entre outros. *No litoral sul*, onde existem planícies formadas pela bacia do Rio Ribeira na porção onde a Serra do Mar se afasta do litoral, e na Baixada Santista predominam mangues, sobretudo em Santos, Cubatão e Bertioga, estuários, formações de restingas ao passo que no litoral norte, com a proximidade da Serra existem sobretudo costões rochosos, praias e ilhas..

O litoral sul é marcado por um cordão de ilhas, entre as quais a de Iguape, Cananéia, Comprida, do Cardoso, com diversas barras cria, em seu interior um rico sistema estuarino, tendo, ao fundo um rico manguezal e a Serra do Mar, com a Mata Atlântica que em alguns lugares, como na Juréia desce até a praia. Em outros lugares, a Serra do Mar recua, dando origem a vastas planícies, como a do Rio Ribeira de Iguape na qual esse rio desempenhou um papel importante para a produção e transporte de produtos agrícolas.

Nessa costa de mais de 90 quilômetros de extensão em linha reta, o continente é recortado por baías, estuários de rios, deltas e na face externa, existem costões, ilhas oceânicas, como a do Bom Abrigo e restingas. Desde a década de 1950 a baía de Paranaguá, no Paraná, ficou ligada à área estuarina de Iguape-Cananéia pelo canal artificial do Varadouro.

Nesse ambiente, existem várias formações florestais como o manguezal, o jundu, e a mata tropical fluvial, com uma grande variedade de árvores como jequitibás, canelas, figueiras, guapuruvus além de outras espécies do substrato arbustivo e da flora epífita, com grande número de orquídeas e bromélias. A fauna também é rica, com uma avifauna diversificada. As áreas estuarinas e costeiras apresentam uma grande diversidade de peixes, crustáceos e moluscos que serviram de alimentação para os índios e depois aos primeiros colonizadores. ( Nupaub, 2002)

*No litoral norte*, as paisagens mais marcantes são formadas pelas escarpas da Serra do Mar, situadas próximas à linha da costa, com pequenas baixadas formadas pelas planícies e terraços marinhos, com floresta ombrófila, densa, montanha e submontanha. Os manguezais ocupam os baixos cursos dos rios e estuários. Uma outra característica importante é a presença de ilhas, tanto continentais como costeiras. Entre

essas últimas destacam-se a Ilha de São Sebastião, Ilha Vitória e Búzios, em Ilha Bela; Ilha Anchieta, além de dezenas de pequenas ilhas e ilhotas em Ubatuba, como as ilhas das Couves, Mar Virado, etc

Na *Baixada Santista* existem rios de pequeno porte, como o Cubatão, Moji, Quilombo, Jurubatuba e Itapanhaú, formando meandros à margem dos quais existem manguezais, onde apesar do grande número de grandes indústrias vive importante avifauna.

### **A diversidade cultural**

A região do Vale do Ribeira e do litoral é de grande diversidade, cultural, nela encontrando-se *povos indígenas* como os Guaranis, os *caiçaras*, descendentes dos índios, sobretudo dos Carijós, colonizadores portugueses e escravos negros, *caipiras*, no Alto e Médio Ribeira, além de inúmeros núcleos *quilombolas*, remanescentes da mão-de-obra escrava usada nas monoculturas e na mineração e *de caipiras*, existentes, sobretudo no Médio e Alto Ribeira. A esses grupos humanos vieram se ajuntar, mais tarde, outros *migrantes europeus* como suíços, franceses, alemães, italianos, também norte-americanos e japoneses.

## **2. A ocupação humana e os ciclos econômicos**

Essa região está entre as primeiras colonizadas pelos ibéricos, tanto espanhóis quanto portugueses que, em inícios do século XVI, disputaram a posse dessa terra de fronteira. Esses colonizadores encontraram aí povos nativos de origem Tupi que tinham sido precedidos por outros que deixaram um grande número de sítios arqueológicos - os sambaquis ou casqueiros constituídos de cascas de moluscos e restos de peixes. Essa região era habitada, à época dos descobrimentos pelos Tupiniquins entre São Vicente e sul da região lagunar ( Hans Staden menciona a presença deles na ilha de Superagui) e pelos Carijó a partir dali, predominado os Tupinambás no litoral norte paulista que consumiam mariscos, cujas cascas deram origem aos inúmeros sambaquis.

A contribuição dos povos indígenas foi essencial para a constituição dos falares locais, dos nomes de acidentes geográficos, de fauna, flora e de instrumentos usados para a caça, para a produção de farinha de mandioca e para a pesca.

A *Baixada Santista* foi povoada a partir da viagem de Martim Afonso de Souza e teve as primeiras vilas fundadas na região: São Vicente (1532), Santos ( 1545), Bertioga ( 1553), Itanhaém ( 1561)

A história da colonização do Vale do Ribeira e litoral também começaram em 1531, quando Martim Afonso de Souza ancorou seus navios na Ilha do Bom Abrigo, em frente à Ilha do Cardoso, onde deixou um marco, mas é possível que em expedições anteriores tenham aportado aí outros povoadores ibéricos que fundaram Cananéia, já em inícios do século XVI, seguida por Iguape..

A busca do ouro se iniciou já em 1531, quando Martim Afonso organizou uma expedição de 80 homens que subiu o Rio Ribeira e nunca mais retornou.. O ciclo do ouro começou, no entanto, por volta de 1550 quando foi encontrado ouro de aluvião no interior do Vale do Ribeira, na região de Apiai-Iporanga, no Alto Ribeira, Eldorado, no Médio Ribeira mas também em Cananéia e no litoral paranaense. O resultado desse curto ciclo minerador foi o início do povoamento da área que seguia o curso do rio Ribeira até Apiaí e Iporanga. Parte desse ouro era fundida em Iguape (e Paranaguá), na casa da moeda ainda hoje existente e transformado em museu.

Foi no Alto Ribeira que a exploração do ouro foi atividade relevante, ocupando um grande número de escravos. Num primeiro período, até meados do século XVII, o povoamento era disperso, mas a partir dessa com a descoberta do Morro do Ouro, em Apiaí, formou-se o primeiro povoado, transformado em vila em 1771. Iporanga, antes chamado de Arraial de Santo Antônio, situada às margens do Rio Ribeira, já tinha moradores em meados do século XVIII, trabalhando também na mineração e na agricultura. Iporanga tem um casario colonial bem conservado e foi declarado recentemente sítio do Patrimônio Natural, pela Unesco, por ter 90% de seu território recoberto pela Mata Atlântica.(Mancebo, 2001)

O Médio Vale do Ribeira, onde se destaca a cidade de Eldorado Paulista também teve seu primeiro ciclo econômico baseado na garimpagem de ouro. Os moradores de Iguape, em sua busca de ouro chegaram a Xiririca,( posteriormente chamada de Eldorado Paulista ) fundada em meados do século XVIII e transformada em vila em 1842, quando se separou de Iguape. O município tinha grande número de escravos ocupados na mineração e com o final dela eles passaram a trabalhar nas plantações de arroz, transportados em canoas ribeiranas para Iguape, de onde o produto era exportado.

O final desse ciclo, com a descoberta das Minas Gerais em final do século XVII causou a primeira migração dos moradores do litoral sul, que não ocorreu com igual intensidade no Alto Ribeira, em que a mineração do ouro continuou até por volta de 1800.

No *litoral sul*, seguiu-se o ciclo da *construção naval*, principalmente em Cananéia e Iguape, quando mestres-carpinteiros, alguns vindos do Rio de Janeiro construíram, a partir de 1711, as primeiras embarcações usadas na navegação de cabotagem, levando os produtos da lavoura para vários portos da costa e mesmo para Portugal. Ainda que esse período tenha sido relativamente curto, a tradição de construção de embarcações continua até hoje.

É importante se destacar também a armação usada para a pesca e beneficiamento de baleia em inícios do século XIX, cujas ruínas existem até hoje na Ilha do Bom Abrigo.

A partir do século XVIII, a região se especializou na produção agrícola, com a exportação de farinha de mandioca, arroz, cana-de-açúcar e também de peixe seco para os portos de Rio de Janeiro, Santos, Santa Catarina e Rio Grande. Quando a Metrópole proibiu o comércio com outras cidades, com exceção de Santos, no final do século XVIII, a produção agrícola foi abandonada e houve fome na região.(Diegues, 1973). A produção agrícola só foi retomada depois com a monocultura *do arroz* que trouxe, em meados do século XIX, um novo apogeu, sobretudo para os municípios de Eldorado e Iguape, onde se intensificou o comércio naval com vários portos brasileiros e mesmo da Bacia do Prata.

Segundo Muller (1922) , a produção de arroz foi de cerca de 35.000 sacas em 1836, das quais cerca de 30.000 sacas foram exportadas para o Rio de Janeiro e Santos. Entre 1850 e 1880 a quantidade média de arroz exportada tinha aumentado para 50.000 sacas. (Valentin, 1993) Em 1889, um ano após o fim da escravidão a produção já tinha decaído para 21.000 sacas..

Em 1836, Iguape e Cananéia respondiam por quase 80% dos engenhos de arroz em toda a província de São Paulo, o mesmo ocorrendo em 1852. Já em 1925, o número de engenhos de arroz, reduziu-se consideravelmente em Iguape, para desaparecer em Cananéia.

Na época de expansão econômica, Iguape e Cananéia contaram com um sistema adequado de transporte fluvial e marítimo, baseado na bacia hidrográfica do Rio Ribeira que com seus 400 quilômetros era o meio de locomoção interno mais utilizado.

Situada à beira mar, era Iguape o centro exportador de toda essa grande bacia hidrográfica de onde vinham os produtos agrícolas, descarregados no porto da Ribeira, no rio do mesmo nome, a poucos quilômetros da cidade. Daí os animais de carga

transportavam os produtos até o porto de Iguape, junto ao Mar Pequeno, de onde zarpavam os navios carregados de mercadorias para os outros portos do Império.

Em 1827, iniciou-se a construção de um canal de três quilômetros de comprimento e cerca de 3 metros de largura, ligando o Porto da Ribeira ao Mar Pequeno, concluído em 1852 para facilitar o desembarque direto das mercadorias que desciam o rio nas embarcações no porto de Iguape de onde eram exportadas. O volume de água foi derrocando as margens arenosas, construindo o chamado Valo Grande, hoje com cerca de 300 metros de largura, ameaçando a própria cidade. O volume de terra que o Ribeira trazia, especialmente em suas freqüentes enchentes, irrompendo no Mar Pequeno contribuiu para diminuir aí o teor de salinidade, provocando grave desequilíbrio biológico, assoreamento ainda mais a barra de Icapara por onde entravam e saíam os navios.

O movimento de embarcações no porto de Iguape era intenso, tanto para a exportação quanto para a importação. Em 1825 saíram 30 barcos para o Rio de Janeiro e 4 para Santos. Em 1866 já eram 46 navios para o Rio de Janeiro e 18 Santos e em 1869 o número de barcos para Rio de Janeiro tinha aumentado para 48 e 23 para diferentes localidades como Montevideu e Buenos Aires, transportando principalmente arroz mas também outras mercadorias como café, madeira, couros e farinha.( Valentin, 2003) Já a partir de 1880 o movimento de exportação começou a declinar.

Até a década de 1930 havia também a navegação fluvial a vapor pelo Rio Ribeira e seus afluentes que transportava sobretudo o arroz, ainda produzido por proprietários médios e pequenos. A partir de então, esse tipo de transporte passou a desaparecer por não poder competir com as primeiras estradas de rodagem da região.

Nas primeiras décadas do século XX de uma estrada de ferro que sucede à navegação fluvial, deslocando o eixo do comércio do litoral sul em direção a Santos e São Paulo. A construção de estradas de rodagem, melhorando a comunicação entre o planalto e a capital significou para a região estudada a desarticulação do sistema formado pelo porto de Iguape e a retro-terra que a alimentava.

O final do ciclo do arroz, por exemplo, com a libertação dos escravos fez com que os muitos donos de grandes fazendas deixassem a zona rural mudando-se para as cidades de Iguape e Cananéia ou indo para Santos e Rio de Janeiro.

Já os pequenos proprietários que já eram produtores autônomos permaneceram nos sítios, voltando-se aos poucos para uma economia de subsistência em que

combinavam a pequena lavoura, o extrativismo e a pesca, engrossando assim a população dos caiçaras que habitavam a região.

### **3. A vida nas cidades litorâneas e no meio rural no século XVIII e XIX**

As plantações de arroz na região eram feitas seja em grandes propriedades onde havia engenho de beneficiamento, trabalhadas por mão-de-obra escrava seja em propriedades menores que ocupavam poucos escravos ou mão- de- obra livre, realizado pela família ou pela cooperação entre famílias, como ocorria com o mutirão. Os pequenos produtores eram dependentes dos donos de engenho que financiavam sua produção e compravam a produção. Muitos engenhos estavam localizados nas proximidades da cidade de Iguape e alguns de seus proprietários mantinham ai seus sobrados ou suas chácaras onde também trabalhava mão de obra escrava. Além dos escravos do “campo” havia os do ofício, como marceneiros, pedreiros que trabalhavam para seus patrões. . No ano da Abolição dos escravos, em 1888 não havia mais que uma centena deles na cidade de Iguape, mas deixaram marcas na cultural local através da Congada, da Marujada e do Jongo ( Fortes, 2002)

É dessa época a maior parte do imponente casario, em geral sobrados construídos no período áureo do arroz entre o começo do século XVIII e final do século XIX. Os donos de engenho de arroz e desses sobrados importavam produtos de Portugal e depois do Rio de Janeiro, símbolos de sua riqueza.

*O litoral norte paulista*, sobretudo São Sebastião-Ilhabela e Ubatuba, teve sua economia baseada principalmente na cana-de-açúcar. Apesar dos registros da presença portuguesa na região desde o século XVI, os primeiros povoados foram elevados à categoria de vilas somente no início do século XVII ( São Sebastião, em 1836; Ubatuba, em 1637 e Ilhabela, em 1805.

Segundo Ary França (1951), no final do século XVI e início do XVII, houve o estabelecimento de engenhos de cana-de-açúcar para produção de aguardente. À cana-de-açúcar seguiu-se o período do café, no final do século XVIII que, já em 1835, produzia cerca de 15% de todo o grão colhido na Província de São Paulo. Essa produção foi incentivada pela vinda de colonos portugueses, franceses e ingleses que conseguiram sesmarias, ocupando grande parte dos terrenos agricultáveis em Ubatuba com o uso de mão-de-obra escrava. Algumas dessas grandes propriedades tinham até 60



escravos, ao passo que as propriedades médias e pequenas usavam por volta de 3 escravos. Como afirma Marcilio (1986), até os pequenos proprietários dispunham de mão-de-obra escrava em suas lavouras, chegando em 1830 à média de 7.5 escravos por fogo,( unidade familiar extensa) que coabitavam no mesmo rancho de pau-a-pique, comendo o mesmo alimento..

A proibição do tráfico de escravos, em 1830, elevou muito o seu preço, que chegou a ser o dobro do que era em 1828. Segundo ainda Marcilio (1986), a concentração de grande número de escravos nessa época e a repressão do tráfico negreiro gerou movimentos libertários entre os escravos que, em 1831, chegaram a organizar ocultamente um grande motim, revelando diversos líderes.

Além disso, por Ubatuba transitava grande parte do café produzido no Vale do Paraíba. O deslocamento para o oeste paulista da plantação do café, feita com mão-de-obra do colono, a construção de estrada de ferro ligando as regiões produtoras ao porto de Santos, em meados do século XIX, e o final da escravidão ocasionaram também a decadência do litoral norte paulista. Restaram, na cidade, alguns sobrados, que indicam a riqueza da região nesse período.

Na Ilha de São Sebastião (Ilhabela), no início do século XVIII, a maior parte das propriedades rurais eram pequenas ou médias e os donos tinham por volta de um a três escravos. O trabalho escravo existia tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades. Segundo Ary França, a facilidade de se conseguir escravos era garantida pela área de desembarque existente na Baía de Castelhanos (França, 1951). Assim como ocorreu no litoral sul, com o fim do ciclo do arroz, a desorganização do ciclo do café no litoral norte causou um retorno à pequena produção caiçara, baseada na pequena agricultura e na pesca de subsistência.

Retrocedendo para uma economia baseada na cana-de-açúcar e na produção de aguardente, o Litoral Norte encontrou na canoa de voga seu meio de transporte. Com o desaparecimento dos grandes barcos que transportavam o café de Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela, proliferaram as grandes "canoas de voga", movidas a vela e a remo, que faziam, sobretudo, o transporte de tonéis de aguardente, fumo etc., entre Parati, Ilhabela e Santos.

A *Baixada Santista* teve sua história marcada pela presença do porto de Santos que, no século XVIII chegou a monopolizar todo o comércio litorâneo paulista e pela presença de inúmeras fortificações que defendiam a Capitania de São Vicente.. Também aí existiam comunidades caiçaras, que hoje estão reduzidas a um pequeno número,

como a Praia Branca ( Bertioga), do Góis (Santos) que ainda vivem da pesca hoje associada ao turismo. No início do século XIX instalou-se, em Bertioga uma importante armação de baleia, trabalhada por mão-de-obra escrava.( Tulik, 2004)

As comunidades caiçaras, como as demais do litoral, vivam da agricultura, sobretudo do cultivo da mandioca para fazer farinha e da pesca. A partir do início do século XX, a principal atividade agrícola foi a bananicultura

#### **4. A demografia e as cidades da região**

O aumento ou decréscimo populacional seguiu os diversos ciclos econômicos que quando se desestruturavam eram causadores do declínio demográfico. Assim, no *litoral sul*, Iguape, no auge da produção de arroz em 1836 tinha uma população de mais de 9.000 habitantes, ao passo que Santos não alcançava 6.000 habitantes. Por volta de 1.880 as duas cidades tinham quase o mesmo número de habitantes (cerca de 18.000 habitantes). Em 1905 a população de Iguape já era menor que a de 1 880 quando ainda o arroz era uma atividade econômica importante. ( Diegues, 1973)

A população de escravos também seguiu o ritmo das atividades econômicas. Em 1828 a população escrava em Iguape era de para 29,4% sobre a população total, alcançando 31,15% em 1836 , superando então a média da Província .

Em 1879, já nas vésperas da libertação dos escravos há uma queda drástica na proporção da população escrava em Iguape (acompanhando o que praticamente ocorre em toda a Província) passando para 15,8%, enquanto que a população escrava para a Província, reduz-se de 26,5% em 1836 para 18,7% em 1879. Em Cananéia dá-se a mesma queda, no último ano estudado, passando os escravos a representar apenas 12,6% do total da população.

Em Iguape, por exemplo, havia em 1854 10.519 homens livres e 4.702 escravos, mas às vésperas da Abolição só havia 679 escravos. (Valentin, 2005).

Até meados do século XIX, o município de Iguape era um dos maiores da Província de São Paulo em extensão, e a partir de então, foi desmembrado em inúmeros outros. Na primeira metade do século XIX, Eldorado (antes chamado de Xiririca) é desmembrado de Iguape (1842). Os demais municípios, que em inícios do século XIX pertenciam a Iguape desmembraram-se de meados do século até meados início do século XX. ((Jacupiranga-1870; Miracatu, 1872; Registro-1934, Pariquera-Açú-1935 ;

Juquiá-1938; Sete Barras-1944, Ilha Comprida-1991). Sete Barras que pertencia a Eldorado passou a pertencer a Registro em 1994, para se tornar posteriormente em município independente. Iporanga que também pertencia a Eldorado foi desmembrado Eldorado em 1906. Estes desmembramentos tiveram grande importância tanto na demografia quanto na economia do município de Iguape. Já no Alto Ribeira, houve desmembramentos. Recentemente, Barra do Chapéu e Itaoca desligaram-se de Apiaí e se transformaram em municípios independentes.

A demografia do Alto Ribeira seguiu também o ritmo das atividades econômicas. No ano da elevação de Apiaí a vila, havia cerca de 700 habitantes, e o número de escravos (400) era maior que o dos brancos, o que mostra a importância da mão-de-obra escrava no trabalho de mineração do ouro. No final dessa atividade, no início do século XIX, a população havia dobrado, mas o número de escravos era ainda maior que a de brancos. A população continuou reduzida até o final do século quando Apiaí contava com cerca de 5.300 pessoas, sendo que a maioria habitava o meio rural.(Mancebo, 2001).

A população do *litoral norte* paulista seguiu o crescimento das atividades cafeeiras e do cultivo da cana-de-açúcar. Assim, Ubatuba, em 1836 no auge da produção e exportação do café tinha uma população de 6.032 habitantes, maior que a de Santos naquele ano que era de 5.863. No entanto, em 1879, quando Santos tinha se transformado no maior porto exportador de café da Província, com 18.933 habitantes, Ubatuba tinha apenas 1.879 habitantes. Nesse ano, São Sebastião tinha cerca de 4.712 habitantes e Ilha Bela contava com 4.712 moradores. Um dos fatores do declínio do litoral norte foi a construção da ferrovia ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, passando pelo Vale do Paraíba. Do começo até meados do século XX essa região, assim como o litoral sul era conhecido pela existência de “cidades mortas”, com população também em declínio

## **5.As atividades econômicas regionais no século XX**

A decadência da monocultura de arroz significou não somente um empobrecimento regional como desestruturação da forma de organização da população baseado no trabalho escravo.

Muitos grandes proprietários, privados de mão de obra escrava migraram para as cidades litorâneas, onde alguns se transformaram em “comerciantes”, que controlavam o poder político local. Generalizou-se, então, a pequena produção de mercadoria, ao passo que no planalto o trabalho assalariado tornou-se dominante, especialmente na cultura do café e nos grandes centros urbanos como São Paulo, Santos, etc.. Esses pequenos produtores eram na verdade policultores continuando a plantar algum arroz para a venda, garantindo sua subsistência com a cultura tradicional da mandioca. Esvaziou-se parte de sua população rural que migram em grande número para as áreas costeiras.

Verificou-se então um fenômeno importante para a região lagunar de Iguape-Cananéia que até então constituía uma unidade geográfica econômica com o Vale do Ribeira. As áreas férteis, sobretudo do Médio-Ribeira começaram a se comunicar diretamente com o planalto e a capital do Estado, por estrada de ferro (1911), desorganizando assim toda a rede fluvial que as ligava à laguna. Sem mais nada de importante a exportar e sem meios adequados de comunicação com os novos centros econômicos do planalto, Iguape começou a definhar. A construção de estradas de rodagem, ligando a região ao planalto, sobretudo a partir da década de 30/40 reforçou a tendência migratória para o planalto. Enquanto isso uma nova monocultura – a de banana (e também do chá) era introduzida no Vale do Ribeira passando a se constituir na principal produção da região. Progressivamente a cidade de Registro, situada às margens do Ribeira e que até a década de 1.940 pertencia à Iguape, começou a aparecer como principal núcleo do Vale do Ribeira, ultrapassando a antiga capital litorânea em importância econômica. Isso se deve, em parte à grande migração japonesa para a área.

Na *área litorânea*, nas primeiras décadas do século XX intensificou-se a pesca comercial e surgiu uma maior especialização nas atividades pesqueiras à medida que a lavoura surgiu a monocultura da banana em quase todo o litoral. Por volta de 1910-20 barcos de pesca de Santos (Mourão, 1971) começaram a fazer a compra do pescado no litoral sul de São Paulo para revender na capital.

Novas espécies foram capturadas como o camarão, a sardinha, a ostra e os peixes antes comercializados salgados e secos (manjuba, tainha) começaram a ser armazenados com gelo e vendidos in natura. Na década de 40-50, novas tecnologias de pesca foram introduzidas no Litoral Norte, como a rede traineira para a pesca da sardinha e as redes de cerco (Mussolini, 1980) ao passo que as canoas a remo foram,

em parte, substituídas por canoas motorizadas e baleeiras, estas últimas introduzidas por pescadores catarinenses.

Em Iguape a pesca comercial se tornou intensa a partir de 1926, quando a manjuba começou a ser capturada no Mar Pequeno, rio Ribeira e adjacências.

Nesses 50 anos de existência a pesca comercial no Litoral do Estado de São Paulo não apresentou uma evolução linearmente crescente. Antes, como toda a atividade não autônoma, própria de uma economia dependente, apresentou altos e baixos, sempre, em função, principalmente das oscilações de mercado e estímulos dos centros metropolitanos.

Assim, em Cananéia, com o estímulo do mercado em 1910, houve um contingente populacional que se deslocou das atividades agrícolas e extrativistas florestais para a pesca. Houve uma aproximação das populações rurais para a sede municipal e a vila de pescadores circunvizinha (processo que, aliás, se verifica até hoje).

Por volta de 1942, três eventos começaram a alterar o panorama pesqueiro: a instalação do primeiro entreposto de pesca, o surgimento da companhia de pesca-MEPESCA e a chegada de pescadores catarinenses, com novas técnicas de captura. (Mourão, 1971) A instalação do entreposto deu um dinamismo momentâneo à pesca de Cananéia, pois quase coincidiu com a criação da MEPESCA, companhia que deteve por alguns anos o controle e a comercialização do pescado em São Paulo. (Mourão, 1971).

Nessa época era talo estímulo dos mercados "metropolitanos" que o camarão da área lagunar chegou a ser transportado de avião para Santos e São Paulo (quando tradicionalmente eram transportados de barco até Santos).

O fim da MEPESCA, pouco depois da II Guerra motivou uma desaceleração das atividades pesqueiras no litoral sul paulista. O próprio entreposto acabou sendo arrendado a particulares e muitos dos pescadores "catarinenses" retornaram a sua região de origem.

Em inícios da década de 1960 houve uma ativação das atividades pesqueiras. Novas levas de pescadores "catarinenses" dotados de motor de centro estabeleceram-se na área lagunar e nas praias da Ilha Comprida, pescando também no mar grosso. Nesse período operou-se também uma diferenciação bastante nítida entre os pescadores motorizados que conseguem atravessar a barra e ir pescar no Mar de Fora, selecionando espécies de maior valor no mercado, e os pescadores do Mar de Dentro, que continuaram dependendo dos recursos cada vez mais escassos da lagoa.

Após 1968, houve a afluência de barcos maiores, alguns dos quais pertencentes a firmas do Sul, o que foi motivado pelo impulso dado à pesca predatória do camarão sete-barbas, estimulada pelo decreto 221 da SUDEPE.

Cananéia continua tendo um pesca semi-industrial vigorosa, a partir da construção do Entrepasto do CEAGESP e, inícios da década de 1970 e a vinda de várias indústrias pesqueira, ao passo que Iguape continua tendo na pesca da manjuba sua atividade principal, ocupando cerca de 1.500 pescadores no período da safra de outubro a abril de cada ano

À semelhança do que ocorreu no Médio Ribeira e Litoral, *no Alto Ribeira* o final do ciclo do ouro, por volta de 1.800 ocasionou uma estagnação econômica. O êxodo dos senhores de escravo e a população se voltou para as atividades agrícolas e pecuárias. Inicialmente a produção agrícola era a de subsistência, em particular o milho, o arroz, a batata e a mandioca. Depois foi introduzida a cana-de-açúcar de onde se produzia a cachaça e a rapadura e o fumo. A partir da década de 1870 já havia produtos agrícolas de exportação pra outras regiões, como o fumo, a erva-mate, o algodão, os produtos derivados da cana-de-açúcar e os madeireiros. Iporanga, por sua vez, era um ponto de passagem dos tropeiros que vinham do Paraná para São Paulo (Sorocaba). Havia também a criação de suínos e os porcos eram levados até Itararé ou Itapetininga para a venda. O toucinho também era levado pelos tropeiros para Itapetininga onde era transformado em banha. A carne era transformada em lingüiça ou era salgada. A produção suína continuou sendo a atividade mais importante da área, até que a peste suína dizimou o rebanho, causando uma outra crise na região. Já na década de 1970 a cultura do tomate tornou-se a principal atividade econômica da região de Apiaí, ao lado de atividades industriais como a produção de cimento.(ISA, 1998; Mancebo, 2001))

*No litoral norte*, já nas primeiras décadas do século XX, ao contrário do litoral sul, desenvolveu-se entre a Ilha Grande e São Sebastião, uma importante pesca comercial/industrial da sardinha e, posteriormente, no arrasto de camarão. A pesca da sardinha em traineiras, iniciada na década de 30, atraiu muitos jovens das praias para o embarque, que prosseguiu até os anos 80, quando o declínio dos estoques de sardinha e camarão fez com que a frota fosse reduzida.( Mussolini,1980)

Dois outros fatores vieram modificar o panorama da pesca em Ubatuba: a criação do entreposto e a difusão do cerco flutuante.

O entreposto foi construído por volta de 1940, mas sua influência se fez sentir mais na pesca industrial, devido à sua distância do centro urbano de Ubatuba, e de seu próprio tipo de construção, que permite apenas a atracação de embarcações maiores, tipo traineira. (Diegues, 1971)

A introdução do cerco flutuante, tipo de rede circular, exerceu de fato grande influência sobre a pesca como um todo, especialmente a pesca artesanal. Foi introduzido por volta de 1920, em Ilhabela, por pescadores japoneses residentes no local, que já usavam esta armadilha em seu país de origem. O cerco flutuante é bastante comum, ainda hoje, no litoral norte, ainda que sua produtividade pareça ter diminuído, possivelmente pela sobre-pesca dos barcos da frota industrial (trawlers e parelhas que varrem aquelas partes da costa).

Somente depois da saída dos japoneses do litoral, com a Segunda Guerra, é que alguns auxiliares caiçaras se tornaram "mestres" na confecção do cerco. Assim mesmo, era uma armadilha cara e foge às possibilidades da grande maioria dos pescadores caiçaras. Normalmente ele era de propriedade de um intermediário de comercialização, ou "atravessador", que dominava a pesca da praia. Já por volta de 1950, havia a concentração dos cercos nas mãos de uns poucos ricos (Mussolini, 1980).

Depois de 1945, segundo informações de velhos pescadores locais, começaram a surgir os primeiros motores de centro de 8 a 10hp. A abertura de uma ligação melhor entre Caraguatatuba e Ubatuba, através de uma rodovia estadual (1948), constituiu-se num incentivo à pesca artesanal para o mercado, pois a venda aos barcos de Santos era muito inconstante. Até então, o caiçara pescava e, quando não conseguia vender o pescado, o salgava. Depois de 1952 começaram a surgir os "atravessadores" de maior porte, que compravam o pescado do caiçara e vinham revendê-lo em São Paulo. Por volta de 1954, foi construído o mercado de peixes em Ubatuba, mas os pescadores continuavam na dependência de um ou de outro "atravessador" que monopolizava o mercado, pagando preços irrisórios pelo pescado capturado pelo caiçara. O "atravessador" funcionava, à semelhança de Cananéia, como financiador de equipamento de pesca ao pescador que, endividado, ficava cada vez mais dependente. A abertura da estrada para Ubatuba, em Caraguatatuba, incentivou uma nova atividade regional: o *turismo*. Frente a uma nova demanda, os diversos setores da pesca, principalmente em termos tecnológicos, reagiram de modo diferente: o setor voltado para a captura da sardinha, que se constitui de barcos de mais de 18 m., não sofreu grandes alterações com a demanda maior do pescado, motivado pelo afluxo turístico e

responsável pelo alto grau de urbanização do Litoral Norte, pois a produção da sardinha visava o mercado de São Paulo e outros mercados regionais.

O setor artesanal se comportou diversamente em relação ao turismo. A fimbria inferior da camada caiçara que constituía o maior núcleo de pescadores artesanais, à medida que as casas dos turistas invadiam as suas praias, foi se incorporando a atividades ligadas ao turismo: construção civil, caseiros (especialmente), passando a pescar ocasionalmente.

Apesar do impacto do turismo, da urbanização e da expansão de áreas protegidas, existem ainda no litoral inúmeras comunidades caiçaras.

## **6. A formação histórica dos caiçaras, quilombolas, caboclos ribeirinhos e migrantes no Vale do Ribeira.**

Com o vimos anteriormente, a região do Vale do Ribeira e do Litoral Sul é um mosaico de paisagens e populações humanas distintas. Nela podem ser encontrados os *caiçaras*, na faixa litorânea, *quilombolas*, espalhados em toda a região, principalmente no Médio Ribeira, os *caipiras* existentes no Médio e Alto Ribeira e migrantes norte-americanos, alemães, austríacos e japoneses no Médio Ribeira e no litoral.

### **6.1.Os caiçaras:**

Eles ocupam hoje a faixa litorânea paulista e constituem os grupos sociais tradicionais mais numerosos da região costeira. Nesse sentido, o modo de vida caiçara será tratado com maior detalhe neste trabalho, ainda que vários aspectos dessa cultura sejam compartilhados com outras comunidades tradicionais, como os quilombolas e caipiras, sobretudo no que diz respeito ao extrativismo vegetal, à agricultura e à importância crescente do turismo. Alguns aspectos da cultura imaterial ligados ao meio rural, tais como as festas de Reis, do Divino, de São Gonçalo, de São Benedito, são também partilhados pelos vários grupos tradicionais.

Willems (2002), como outros autores, consideram a cultura caiçara como parte da cultura crioula ou cabocla, fruto do aporte cultural dos europeus, negros e índios. Para esse autor, a associação entre pesca e agricultura, a importância do “complexo farinha de mandioca,” as relações sociais individualizadas em um grupo maior e na família nuclear, através de mutirões, a reciprocidade na vida quotidiana, a falta de uma noção de autoridade formal, a pouca importância dada à religião oficial, estão entre as principais características da cultura caiçara. Ainda que tenham uma base comum, a



cultura caiçara se distingue da caipira por ter desenvolvido um conjunto de práticas materiais e imateriais ligadas ao mesmo tempo ao mar e à terra, ao passo que a última é, essencialmente, baseada na agricultura e em outras atividades ligadas à mata, sem ter contato com o ambiente marinho.

Em *Usos e Costumes Praianos* (1945), Paulino de Almeida descreve o modo de vida caiçara nas primeiras décadas do século XX, definindo o caiçara como aquele que vive entre as atividades agrícola e pesqueira:

“Nessa luta terrível, ora para a terra ora para o mar, consomem toda a energia, julgando-se felizes quando conseguem algumas roças de mandioca e os apetrechos principais para a pesca” (p.70)

Naquela época, os moradores da região preferiam viver em seus “sítios” litorâneos, locais de moradia, produção e sociabilidade a viver nas pequenas cidades, a tal ponto que no final do século XVI as autoridades forçaram, sob pena de multa, os donos de sítios a construir uma casa na cidade (Petroni, 1966).

O caiçara tem um conhecimento aprofundado do mar e da mata, sobretudo no que diz respeito à previsão do tempo, fundamental para a pesca, através de sinais como o tipo de vento, de nuvem, de maré, de corrente marítima, de fases e posição da lua. Paulino de Almeida também afirma a especificidade da cultura caiçara ao afirmar:

“Tendo o mar diante de si, e, para traz, o paredão da cordilheira marítima como que a interceptá-la do Planalto - inteiramente isolada da civilização e do progresso - passou a população da marinha como que a viver uma vida inteiramente à parte, conservando suas lendas e tradições, usos e costumes” (1945: 80).

A cultura caiçara é aqui definida como um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados, que orientam os indivíduos em suas relações com a natureza e com os outros membros da sociedade e que se expressam também em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e não-materiais (língua, música, dança, rituais religiosos).

Os caiçaras, vivendo no interstício da Mata Atlântica e do mar, estuários, mangues, restingas e lagunas, usando seus recursos naturais para a reprodução de seu modo de vida, construíram um território rico em diversidade biológica e cultural. Os saberes tradicionais sobre os seres do mar e da mata desempenham um papel fundamental na construção de sistemas de manejo da natureza, muitos deles marcados por grande engenhosidade; (Mussolini, 1980, 1996). Como outras comunidades tradicionais, que receberam de índios e negros uma grande herança lingüística, técnicas

patrimoniais, mitos e lendas, tais como os quilombolas, ribeirinhos, sertanejos, os caiçaras fazem parte do grande número de populações tradicionais brasileiras (Diegues e Arruda, 2000).

A lavoura, que foi muito importante até meados do século XX era, e em alguns casos ainda é uma atividade tradicional importante. Os caiçaras usavam e ainda usam diversas variedades de mandioca em suas roças. Além da mandioca mansa e braba, esta última usada para fazer farinha, os caiçaras costumam plantar diversas variedades, para garantir uma produtividade média mais elevada. Na mesma roça costumavam plantar também árvores frutíferas, bananeiras, abóboras, batata doce e cará.

A fabricação da farinha, realizada na "casa de farinha", "tráfico" ou "aviamento", nomes dados ao lugar onde ficam os equipamentos de produção, é uma atividade fundamental nas comunidades caiçaras.

Em muitas regiões, além da farinha-da-terra (farinha fina, comum) fabricava-se também a farinha d'água, mais grossa e escura usada no café da manhã, a manema (feita com massa fermentada), farinha de tapioca, feita com os resíduos da goma da massa serva, usada no litoral sul para a fabricação de bolos ("bolo coruja", "beijus"), farinha suruí (farinha mal torrada usada no pirão), farinha picica (preparada com temperos para ser servida com peixes). Nessa região ainda são produzidos o "bolo de roda" (feito com a goma), a "coruja" (tipo de pão feito com farinha de mandioca e amendoim, enrolada em folha de bananeira), o "cuscuz de mandipuva" (feito com farinha fermentada, à qual se juntam amendoim, ovos e banha de porco) entre outros. (Paulo Fortes Filho, 2005)

*No litoral norte de São Paulo*, algumas poucas referências revelam a existência de moradores caiçaras desde o século XVIII, como consta da "Carta de Morgado de Mateus ao conde de Oeiras", citada por Marcilio (1985:50):

"Os habitadores são muito miseráveis, dispersos em grande distância huns dos outros, só se comunicam em canoas pelo mar, vivem da pesca e de alguma tênue lavoura de mandioca e algumas laranjas que cultivam junto a Praya..."

Ainda conforme Marcilio, essas comunidades viviam de uma agricultura de quase subsistência, vendendo algum excedente, sobretudo farinha e peixe-seco na vila de Ubatuba. Segundo a autora, os produtos agrícolas destinavam-se ao consumo do grupo doméstico, sobretudo a mandioca para a produção de farinha, mas também o arroz, o feijão, a cana-de-açúcar, a aguardente e raramente o milho. O peixe era( e ainda é) um alimento de base, consumido com a farinha de mandioca. Uma pesca importante é a da tainha, realizada nos meses de inverno, e com a chegada dos cardumes.

Ainda segundo Marcilio (1987), quando havia necessidade de expandir a produção para a venda, buscavam-se novas posses e alguns caiçaras chegavam a utilizar mão-de-obra escrava.

Mais visível que no litoral sul é a contribuição dos escravos negros à cultura caiçara, existindo nessa parte do litoral várias comunidades que estão sendo hoje reconhecidas como quilombolas ( Caçandoca, Camburi/Almada) e que apresentam um modo de vida semelhante ao dos caiçaras

## **6.2.Os quilombolas**

As terras das comunidades quilombolas onde vivem descendentes de escravos foram reconhecidas com a elas pertencentes pela Constituição de 1988. No Vale do Ribeira foram identificadas até agora cerca de 51 comunidades, havendo outras em processo de estudo.(ISA, 1998). Muitas delas se originaram na época da mineração do ouro e do cultivo do arroz. Eldorado é o município com maior número de comunidades quilombolas em processo de reconhecimento (11) seguido por Iporanga (9), Iguape (6), Cajati e Barra do Turvo ( 4 cada) , Cananéia (3), Registro, Miracatu, Juquiá, e Itaoca com 1 comunidade quilombola cada.O mais antigo desses quilombos é o Ivaporunduba, situado no Médio Ribeira ( Eldorado) que teria se originado pela doação de uma proprietária a seus escravos. Entre os demais quilombos próximos ao de Ivaporunduba podem ser citados o de São Pedro, Sapatu, Pilões, Maria Rosa, André Lopes e Nhunguara.Os quilombolas permaneceram na região praticando a agricultura, o artesanato e o extrativismo do palmito, sendo grande parte de suas terras consideradas devolutas até meados dos anos 80. A implantação de parques estaduais sobre suas terras deu início a uma série de conflitos que foram agravados pela ameaça de construção de barragens para a produção de energia para indústria produtora de alumínio, a CBA: Companhia Brasileira de Alumínio. O movimento pelo reconhecimento dos quilombos do Vale do Ribeira foi apoiado pelo tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, pelo Condephat, pela ação da Igreja Católica, de movimentos ambientalistas e de associações locais.

## **6.3. Os caipiras**

Os caipiras são hoje, em grande parte, sitiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas do Alto e Médio Ribeira,

em pequenas propriedades em que desenvolvem atividades agrícolas e de pequena pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado.

Para Darcy Ribeiro (1995), a área cultural caipira é um modo de vida que se difunde paulatinamente a partir das antigas áreas de mineração e dos núcleos de produção artesanal e de mantimentos que a supriam de manufaturas, de animais de serviço e outros bens. Esparramou-se, ainda segundo Darcy Ribeiro por toda a área florestal e campos naturais do Centro-Sul do país, desde São Paulo, Espírito Santo e o Estado do Rio de Janeiro, na costa, até Minas Gerais e Mato Grosso. O único recurso com que contava essa economia decadente é a vasta mão de obra desocupada e terras virgens despovoadas e sem valor. Com essa base, se instalou uma economia natural de subsistência, dado que a comercialização era limitada. Difundiu-se, desse modo, uma agricultura itinerante que derruba e queima novas glebas de mata para a roça combinada com a caça, pesca e coleta. Dada a dispersão do povoamento, existem, de um lado, famílias vivendo isoladas e de outro, alguns bairros rurais. (Queiroz, 1973)

Essas populações desenvolvem formas de convívio e ajuda mútua nas atividades agrícolas bem como formas de religiosidade peculiares em torno de capelas e igrejas, onde nos domingos e feriados é reverenciado o santo padroeiro.

Esse mundo caipira é desarticulado pelo advento da monocultura de café e cana, no Centro-Sul, e pelas fazendas de gado, assim como pela urbanização crescente e pela luta e grilagem das terras. A pequena propriedade caipira acabou, em grande parte foi incorporada pela grande propriedade e somente conseguiu subsistir em nichos onde a mecanização agrícola não pode avançar, como nas áreas montanhosas da Mata Atlântica e da Serra do Mar.

Nos anos 50, Antônio Cândido( 1971 ) ainda descreveu a cultura caipira já em transformação no interior do Planalto Paulista e Maria Isaura Pereira de Queiroz ( 1973) analisou os bairros caipiras do Vale do Ribeira em São Paulo. Hoje subsistem ainda alguns núcleos caipiras nas regiões descritas por Darcy Ribeiro, imersos na pequena produção mercantil, consorciando a pequena lavoura, pecuária e produção artesanal. Em muitos lugares, como no interior de São Paulo, Paraná e de Santa Catarina eles também são chamados de caboclos.

#### **6.4. Os migrantes**

Desde o início da colonização foi importante a contribuição açoriana para o litoral do Vale do Ribeira que a partir de meados do século XVIII foi realizada de forma organizada pela Coroa Portuguesa em Santa Catarina. Esses migrantes mantinham contatos econômicos e religiosos com os moradores do litoral paranaense e paulista, tendo como ponto de referência as romarias religiosas que faziam, por barco, para venerar a imagem do Nosso Senhor Bom Jesus de Iguape, encontrada em meados do século XVII na praia da Juréia.

A partir de meados do século XIX começaram as migrações organizadas pelos governos, como foi o caso de norte-americanos sulistas que vieram em grupos para o litoral sul paulista, ao final da Guerra da Secessão dos Estados Unidos. Em 1861 foi criada a Imperial Colônia de Cananéia, com migrantes norte-americanos e irlandeses, que se estabeleceram na agricultura, mas não conseguiam escoar a produção. Dadas as difíceis condições de vida na região, sobretudo a falta de comunicação e serviços de saúde, grande parte desses migrantes norte-americanos mudou-se para a região de Americana., em São Paulo, permanecendo, no entanto alguns descendentes desses migrantes que ainda hoje guardam seus nomes.( Mourão, 1971; Petrone, 1966)

Em 1915 surgiu a Colônia de Santa Maria, localizada em Ariri ( Cananéia) com migrantes alemães e austríacos que passaram a produzir o arroz e outros produtos agrícolas, mas que também tinham dificuldades em escoar a produção por falta de meios de comunicação. A Colônia foi fechada com a eclosão da II Guerra Mundial, quando esses migrantes foram proibidos de continuar no litoral.( Mourão, 1971)

Nesse período começou também a importante migração japonesa para o Vale do Ribeira, organizada pelo Governo Japonês. Um dos primeiros grupos estabeleceu-se na Colônia Katsuura, em Iguape, cultivando arroz e outros produtos. As famílias permaneceram vários anos nesse local, às margens do rio Jipovura, mas dadas as dificuldades encontradas, sobretudo o isolamento, foram migrando para a cidade de Iguape, onde ainda vivem muitos de seus descendentes.

Uma outra colônia importante foi a que se radicou em Registro, trabalhando principalmente na produção do chá e posteriormente de outras culturas. Algumas famílias migraram para São Paulo, mas outras permaneceram na região, mantendo vários de seus costumes e tradições.

## **7. As formas de solidariedade na roça, os mutirões e as festas ontem e hoje**

Nos trabalhos agrícolas, a unidade social de produção das comunidades caiçaras do Vale do Ribeira e litoral paulista foi, e em muitos lugares ainda é, a unidade familiar, onde havia uma divisão de trabalho entre homens, mulheres e crianças .

Por ocasião de trabalhos mais pesados, como a preparação do terreno para o plantio de uma roça grande ou a colheita de arroz usava-se e em alguns lugares ainda ocorre o “mutirão” ou “putirão” ou “troca-troca”, forma de ajuda mútua pela qual o anfitrião se comprometia a ajudar os outros sitiantes quando solicitado. O mutirão ocorria, em geral, nos fins de semana quando os vizinhos atendiam ao chamado para cooperar com o sitiante necessitado que usualmente ofereciam a dança do fandango. Essa forma de solidariedade não tinha somente uma função produtiva, mas facilitava o contato entre os vizinhos, estreitava os laços sociais, permitia a troca de informações e mesmo, às vezes, namoros e casamentos ( Fortes Filho, 2005).

Além dessas formas de cooperação, existiam as relações de compadrio, pelas quais as crianças durante a cerimônia do batismo ganhavam um padrinho ou madrinha, seja do sítio ou da cidade e que eram, de alguma forma, responsáveis pela vida de seus afilhados. Os afilhados pediam a bênção aos padrinhos e madrinhas que em ocasiões especiais lhes davam presentes. Os compadres e comadres também tinham a obrigação de se apoiar e ajudar nos momentos difíceis.

As festas e os rituais caiçaras mais importantes são, em geral, associados às práticas de sociabilidade existentes nas atividades agrícolas até recentemente em todo o território caiçara.

A *dança de São Gonçalo* é uma festa associado aos ritos agrários, e em alguns lugares, como em São Paulo Bagre (Cananéia) é realizada ao final do mutirão. Muitas vezes o dono da casa realiza as festas em agradecimento ao santo por não ter chovido durante os trabalhos. A dança de São Gonçalo, o santo violeiro e também casamenteiro é realizada diante de uma mesa onde está sua imagem ou um buquê de flores, quando não se tem a imagem. Os pares formam um círculo que gira da esquerda para a direita. A pessoa que fez a promessa e seu parceiro devem se postar à frente da imagem na formação da roda. À medida que os violeiros tocam, os pares vão formando um círculo concêntrico, fazendo uma reverência quando chegam ao altar. Cada par então se retira, sem dar-lhe as costas. (Scarpin, Elza, 1991).

Algumas festas eram realizadas tanto nas praias quanto nas vilas e cidades litorâneas, contribuindo para reforçar as relações de parentesco e compadrio existentes entre as áreas urbanas e as rurais.

*A Folia do Divino Espírito Santo*, manifestação cultural de origem portuguesa é uma tradição que se repete todos os anos, em alguns lugares, iniciando-se na última semana do mês de abril com a saída das bandeiras e terminando no final do mês de junho, antes das festividades na sede do município, no primeiro domingo do mês de julho. As atividades da festa têm início com a saída das bandeiras da igreja, na cidade, para todos os bairros, com a finalidade de avivar a fé e também angariar prendas para custear o evento.

Algumas culturas – como a do arroz e da mandioca – já haviam sido colhidas por volta de maio e junho (Silva 1993), e, assim, os caiçaras tendiam a “agradecer” pela tainha capturada na pesca coletiva e pelos produtos de algumas de suas roças; não era o caráter propiciatório, mas de “agradecimento”, como sugere Araújo (1967), que então prevalecia. A “folia”, desse modo, seguia de praia em praia, como notou Carvalho (1944) na década de 1940, e depois se embrenhava pelos sítios, com seus músicos, sua bandeira.” (Scarpin, 1991).

*As Folias de Reis* ou *Reiadas* realizadas ainda hoje, têm início na noite de Natal, no dia 24 de dezembro e se prolongam até o dia de Reis, 6 de janeiro do outro ano. É a encenação da adoração dos Reis Magos ao Menino Jesus, em Belém, que no litoral paulista tem um sentido meramente local, e é realizada pelos próprios moradores, sem a supervisão de nenhuma entidade religiosa. A *Reiada* é formada por um grupo de pessoas, com vestimentas especiais, acompanhadas de um conjunto musical com violas, cavaquinhos, rabecas, adufos e caixas, que obedecem a um ritual de cantoria já consolidado. Três são os cantos que acontecem invariavelmente, nas andanças da reiada: o canto de chegada no terreiro da moradia, o canto da apresentação e da alegria, que antecede o recebimento das oferendas e o canto da despedida, antes do oferecimento da comida, dos doces e das bebidas, pelo dono da casa (Fortes, P 2005).

A maior festa religiosa do Litoral Sul de São Paulo é a *Festa do Senhor Bom Jesus de Iguape* que tem uma importância muito grande para o caiçara. O achado de sua imagem se deu no ano de 1647, na praia do Una, na região da Juréia, no litoral de Iguape. A imagem foi encontrada pelos moradores da praia e trazida para a cidade de Iguape. Desta data em diante, teve início a tradição das festividades que trazem para esse centro de peregrinação um número considerável de pessoas. São os romeiros da região e de fora da região – “os sarracimanos”, moradores de serra - cima - que vêm agradecer e renovar as esperanças de uma vida melhor.

É um acontecimento que atrai grande parte da população católica da zona urbana e da zona rural do município de Iguape. A atração da festa extrapola os limites geográficos e ganha também adesão dos moradores da região Sul e Centro-Oeste do Estado de São Paulo, bem como dos Estados de Paraná e Santa Catarina.

Finalmente, os caiçaras não cantavam propriamente “canções marítimas”, mas “modas de sítio”, tendo como temas o cotidiano do mundo rural. Claro que havia exceções; Mourão (1971) sugere que a “*festa-procissão marítima de Nossa Senhora dos Navegantes*”, introduzida já em inícios do século XX por um vigário bretão, em Cananéia, era uma das poucas festas religiosas do litoral paulista onde se entrevia um certo sabor de “maritimidade”. De um modo geral, porém, segundo ele, a grande maioria das festas e cerimônias do litoral paulista “têm mais natureza agrária e urbana” que marítima. (Mourão 1971).

A maioria das festas mencionadas anteriormente, apesar de variações locais, são feitas também no litoral norte, às quais se acrescentam outras, como a do boizinho, em Ubatuba, apresentado ainda hoje. Segundo Tavares de Lima (1962), os bois aparecem, em geral na época do Carnaval, apresentando, além do boi, três toureiros, um funcionando como mestre, e instrumentistas.

Existiam também as “festas de negro” (Maynard de Araújo) que existiam no tempo da escravidão e que ainda perduram ainda hoje, ainda que com modificações, pois atraem sobretudo as camadas mais pobres da população, entre as quais os caiçaras e quilombolas. Além delas, eram freqüentes as Congadas, “porfia multissecular entre cristãos e mouros infiéis” (Maynard de Araujo, 1973), presentes em Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela, Iguape e Eldorado e também a marujada, cuja última apresentação foi em Iguape na década de 80. Nela cantam-se os feitos náuticos da época dos Descobrimentos. Tavares de Lima (1962) registra a existência da dança do Moçambique “com elemento dramático que aparece no desfile de rua, na indumentária colorida, na existência de certos personagens como o rei, a rainha, o general e o capitão. Segundo o autor, havia grupos de Moçambique, como em Caraguatatuba, que se confundiam com a Congada, na denominação de seus integrantes e até mesmo na apresentação das “embaixadas”.

Hoje, algumas danças, como a São Gonçalo, desapareceram em muitos lugares, pois era feita após o “mutirão”, “puxirão” ou troca de dias no preparo da terra para o cultivo ou durante a colheita, atividades proibidas ou limitadas pela legislação ambiental



vigente e também pela expropriação das terras pela especulação imobiliária. A farinha de mandioca, em muitos lugares, já é produzida em poucas localidades, sendo comprada de outros estados, em geral sob forma industrializada. Com isso a tradicional casa de tráfico, casa ou fábrica de farinha, como são chamadas localmente, está em vias de desaparecimento em muitas praias e sítios.

Grande parte dessas manifestações culturais ainda é realizada ainda que sem a importância que tinha naquela época, em razão da desarticulação da economia caiçara, dos avanços das igrejas evangélicas, das mudanças ocorridas com o impacto da comunicação de massa. A festa do Divino é ainda realizada em várias cidades litorâneas como, Itanhaém, Iguape, Cananéia, Eldorado, entre outras. embora algumas raras bandeiras visitem os sítios e as praias, restringindo-se às áreas urbanas. O mesmo sucede com as Folias de Reis ou Reizadas que, com algumas exceções (como a da Ilha do Cardoso, Cananéia, São Paulo Bagre e litoral paranaense) também estão restritas às áreas urbanas. As Congadas ainda são realizadas na Ilhabela e no Bairro de São Francisco (São Sebastião), mas, a nosso conhecimento não são feitas mais em cidades como Iguape, Eldorado, entre outras. O fandango é praticado nos municípios do litoral sul paulista, como Iguape e Cananéia, e no litoral paranaense onde têm aparecido novos grupos fandangueros. Algumas dessas festas têm tido, ultimamente, apoio das Prefeituras e associações locais como forma de atração turística. Festas caiçaras com grupos de fandango, alguns compostos por jovens e crianças têm sido comemoradas em vários municípios litorâneos contribuindo para reafirmar a auto-estima e a identidade caiçara.

No município de Eldorado, assim como em vários municípios do Alto Vale do Ribeira, a influência da cultura negra africana, remanescente do período da mineração ainda é presente ainda que hoje a população esteja dividida entre a Igreja Católica e a Evangélica.

Em Eldorado, até algum tempo atrás havia a Congada, embora ainda hoje, em muitas cidades do Médio e Alto Ribeira seja realizadas manifestações culturais parecidas com as que foram descritas quando se tratou dos caiçaras: a festa do Divino ainda é feita em algumas localidades, assim como a Festa de Reis e a dança de São Gonçalo, realizada para agradecer as colheitas fartas.

Em Iporanga, destaca-se a procissão fluvial, realizada no dia 31 de dezembro, relembrando a importância das canoas fluviais, as ribeiranas, construídas

sem quilhas para navegar no Rio Ribeira. É de se destacar que essas canoas chegavam ao Alto Ribeira, para fazer comércio, voltando carregadas de arroz vendido em Iguape.

Além das festas, há um sem-número de lendas e mitos, tanto no interior do Vale do Ribeira quanto na faixa litorânea, relacionados, em grande parte à vida rural, ao período da escravidão (tesouros enterrados) e alguns, à vida do mar. (Diegues, 2006)

É nessa região freqüente o uso de ervas medicinais e rezas na cura de doenças, apesar de sua utilização hoje se restringir às áreas rurais, em geral, onde predomina a religião católica.

A migração dos jovens, o avanço das igrejas evangélicas, algumas das quais se instalaram na região já na década de 40, a maior vinculação à economia de mercado que destruiu uma certa auto-suficiência nas praias e bairros rurais, além de quebrar o mundo de valores religiosos, serviu para aumentar o nível dos conflitos. Estes se refletem, por exemplo, no aumento constante do consumo da cachaça. "A festa dos Reis, o Divino, estão fracassando; crente não vai na festa. O povo está esquecendo as antiguidades. Agora é baile e só dá briga" (entrevista com um pescador de Ubatumirim, católico). "Festas? Às vezes São João e São Pedro, mas não se usa fazer mais Reis. Antes o festeiro oferecia comida, peixe seco, agora tudo acabou. Entrou o Evangelho e o povo desacreditou da festa das Imagens" (entrevista com pescador de Picinguaba, adventista).

## **8. As mudanças sócio-culturais a partir de meados do século XX**

As mudanças sócio-culturais que originaram migrações importantes dos sítios para as cidades começaram a se intensificar nas décadas de 30-50, quando foram construídas as primeiras estradas de rodagem que ligaram o litoral ao planalto. Destacam-se o Caminho do Mar, que ligava o planalto à Baixada Santista e que então foi restaurado e pavimentado. Na década de 40 novas rodovias ligaram o Vale do Paraíba ao Litoral Norte; Guarujá a Bertioga; Santos aos outros municípios da Baixada Santista e a inauguração, em 1947 da Via Anchieta.

Com a abertura dessas estradas, intensificou-se o turismo que já existia em cidades litorâneas da Baixada Santista desde o final do século XIX (Afonso, 1999), quando diversas companhias imobiliárias iniciaram loteamentos. Apareceram também os grandes balneários que fizeram da região de Santos, por várias décadas, o principal destino dos turistas e veranistas.

Começou nessa época um grave problema de grilagem de terras que afetou praticamente todos os municípios do Vale do Ribeira e do litoral, ocasionando, em alguns casos, verdadeiros conflitos armados. Esses problemas foram agravados com a construção da BR-116 (década de 60) e a BR-101 (década de 70), e a conseqüente valorização das terras, muitas das quais sem titulação válida.

A primeira conseqüência dessas estradas foi a desarticulação da navegação marítima e fluvial no litoral, seguida da chegada à região de grupos imobiliários e grileiros que não só se apossaram das praias e sítios, expulsando os caiçaras, quilombolas, caipiras e quilombos mas também intensificaram o desmatamento da Mata Atlântica da região com a operação de serrarias e indústrias de palmito. Os grileiros adquiriram pequenas posses e ampliavam suas propriedades em terras devolutas ou da União.

A desapropriação das terras caiçaras e de outros grupos tradicionais pelos especuladores foi, muitas vezes, realizada de forma violenta, através de jagunços que ameaçavam e expulsavam os moradores, mas, na maioria das vezes estes foram ludibriados, com o uso de artifícios legais. . Em certos casos, o caiçara, depois de vender sua propriedade acabava trabalhando como caseiro do novo proprietário de fora que construía sua casa na praia. Em muitos casos, os moradores caiçaras, depois de venderem suas praias para veranistas, foram obrigados a construir suas casas nas encostas das serras, em lugares sujeitos a perigo de desabamentos onde tampouco sua presença é legalmente autorizada. Depois de serem considerados “posseiros” em suas próprias terras, são considerados agora moradores ilegais nas encostas das serras, em áreas de restinga e mangue, consideradas áreas de proteção permanente (APPs).

A indústria de construção de casas de veraneio atraiu um sem número de trabalhadores da construção civil oriundos de outras regiões e estados que incharam as áreas suburbanas das cidades litorâneas, construindo favelas que também passaram a ser habitadas por caiçaras migrantes de suas praias de origem.

Hoje existe alguma diversificação de atividades econômicas, ainda que raramente a atividade industrial esteja presente, a não ser no setor de mineração ( calcáreo, cimento, chumbo) sobretudo no Alto Ribeira que também tem se especializado em atividades agrícolas, como o cultivo de tomate ( Apiaí). Em todos os municípios do Vale do Ribeira existe a predominância do setor primário, sobretudo extrativismo vegetal ( retirada, muitas vezes irregular de palmito, fibras, produção de carvão), algumas áreas de reflorestamento ( pinus e eucalipto) e agricultura, com nítida

predominância da monocultura da banana, sobretudo no Médio e Baixo Ribeira e produtos horti-fruti-granjeiros e em alguns casos o arroz e mandioca, esta última, alimento de base das populações caiçaras.. Um dos fatores limitantes para a agricultura, sobretudo no Médio e Baixo Ribeira são as inundações periódicas que destroem plantações ribeirinhas. Nos municípios litorâneos sobressai a pesca, sobretudo de camarão em Cananéia e de manjuba em Iguape.

A Baixada Santista teve um desenvolvimento industrial e portuário inexistente nas outras regiões litorâneas, com a Usina da Light em Cubatão e a instalação da Refinaria Artur Bernardes, a siderúrgica da COSIPA (1959). Seguiu-se, nos anos subsequentes, a instalação de um grande parque petroquímico que transformou Cubatão, nos anos 80 na região mais poluída e degradada do litoral. (Afonso, 1999)

O turismo desponta, em quase todos os municípios, como a atividade mais importante da região, tanto no Alto e Médio Ribeira, com suas incontáveis cavernas, cursos d' água ( para canoagem) e visitação em parques naturais, ainda que poucos deles estejam preparados para essa atividade.

Nos municípios litorâneos, além do turismo de praia e mar, como é o caso da Ilha Comprida, Iguape e Cananéia, destaca-se o grande potencial turístico representado pelo patrimônio arquitetônico colonial, com seus sobrados e igrejas.

Ao contrário do litoral sul, em que predominou um turismo mais popular, o litoral norte, com suas praias pequenas e atraentes atraiu turistas e veranistas de classes sociais mais abastadas que aí construíram suas residências secundárias. Hoje, as cidades do litoral norte tem suas populações multiplicadas várias vezes, apresentando problemas de congestionamento de trânsito, deficiência no abastecimento de água e serviços públicos. Além do crescimento turístico deve-se ressaltar a presença do Terminal Marítimo da Petrobrás, em São Sebastião (TEBAR) que, de um lado aumentou a oferta de empregos no município, de outro tem contribuído para a poluição da área litorânea com vazamentos de petróleo, limpeza de tanques de petroleiros em alto mar, causando impactos negativos em mangues e também na pesca local.

### ***9. A urbanização recente***

As cidades litorâneas sofreram um grande esvaziamento populacional nas últimas décadas através da emigração, e somente a partir da década de 1970/80

começou a haver um aumento populacional, de proporções variadas segundo os vários municípios . Em 1996 o Vale do Ribeira tinha 289.063 habitantes. Entre 1985 e 1996, no entanto, a taxa média de crescimento populacional no Vale do Ribeira ( 22.34%) era ainda inferior à média do Estado de São Paulo ( 23.11). O município com maior número de habitantes é Registro que tinha 43.304 habitantes em 1985, passando a 49.200 em 1996 e 53.753 em 2000, com uma taxa de urbanização de cerca de 80%. Iguape, o segundo município ( junto com Cajati) ,entre 1985 e 1996 manteve sua população quase estável ( cerca) a de 26.000 habitantes , seguidos por Miracatu ( 1996) com 21.000 habitantes, sendo que os demais municípios não alcançam os 20.000 habitantes ( 1996), considerados, portanto, municípios com pouca população comparados com a média do Estado de São Paulo.

A taxa média de urbanização em 1996 era de 59.7 %, inferior à media do Estado de São Paulo que era de 64.2 %. Isso mostra que a população que vive nas áreas rurais é importante na quase totalidade dos municípios, havendo municípios como Ribeira, Itaoca com mais de 70% de sua população vivendo em áreas rurais. Entre os municípios com maior proporção de população urbana estão aqueles que se encontram na orla marítima, como Ilha Comprida, Iguape e Cananéia e que tem no turismo uma atividade importante.

Os indicadores sociais do Vale do Ribeira, como mortalidade e analfabetismo estão entre os mais elevados do Estado de São Paulo, mostrando as precárias condições de vida da população da região.

A região litorânea, como um todo passou de 312.751 habitantes em 1950 para 1.399.316 habitantes em 1990.

Segundo o IBGE ( 1991), a Baixada Santista foi a região de maior crescimento populacional, em grande parte, estimulado pelo setor de serviços e turismo. Santos, por exemplo, dobrou sua população entre 1950 e 1990 e Cubatão apresentou um crescimento ainda maior, passando de 11.803 habitantes em 1950 para 90.866 em 1990; Praia Grande passou de 20.000 habitantes em 1970 para 122.000 em 1990. São Vicente tinha 6.033 habitantes em 1950 e 267.445 em 1990; Guarujá tinha 13.203 habitantes em 1950 e 208.818 em 1990. Nestes três últimos municípios a razão desse crescimento e das altas taxas de urbanização foi principalmente a expansão imobiliária, de residências secundárias e do setor de serviços. Outros municípios como Itanhaém, Peruíbe e Mongaguá tiveram também crescimento expressivo nesse período, associado à expansão urbana e turismo.

O litoral norte paulista foi a que mais cresceu, depois da Baixada Santista, tendo Caraguatatuba apresentado um crescimento de 5.429 em 1950 para 52.616 em 1990. Ubatuba passou de 7.941 habitantes em 1950 para 46.942 em 1990, sendo que São Sebastião tinha em 1990 mais de 33.000 habitantes. Ilhabela também dobrou sua população no período ainda que sua população, em 1990 não alcançasse 15.000 habitantes.

## **10 . Duas questões contemporâneas**

Entre os processos que estão alterando, em profundidade, o modo e vida e a cultura caiçaras estão : a implantação de áreas protegidas e a expansão turística.

### ***10.1. As áreas naturais protegidas***

O Vale do Ribeira e a zonas litorânea paulista abrigam a maior extensão contínua ainda conservada da Mata Atlântica no Brasil. Desta área, 78% ainda estão cobertos por remanescentes originais, com alto grau de preservação e endemismo. São 1.200.000 hectares de florestas; 190.000 hectares de restingas; 30.000 hectares de manguezais e 200 km de uma costa recortada por um complexo de praias, estuários e ilhas,.

Em 1998 o Vale do Ribeira recebeu o título da UNESCO de Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade, além disso, a região também integra as Áreas Piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Cerca de 51,6% do território do Vale do Ribeira está inserido dentro de um sistema de proteção legal, através de um mosaico integrado de Unidades de Conservação (UCs) marinhas e terrestres, como Parques; Estações Ecológicas; Áreas de Proteção Ambiental/APAS, Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável, formando um grande cinturão de proteção a biodiversidade e ao patrimônio cultural, histórico, espeleológico, arqueológico e arquitetônico do país. São mais de 300 cavernas, sítios arqueológicos, e ainda mais de 150 monumentos, ruas e imóveis, tombados como patrimônio histórico cultural, além de uma diversidade de espécies da fauna e flora, algumas endêmicas e ameaçadas de extinção como o papagaio-da-cara-roxa; jararaca-ilhoa e o palmito-juçara.( fonte: SMA, 1997)

O Vale do Ribeira e litoral mantém a maior superfície contínua de Mata Atlântica do país, hoje reduzida a cerca de 7 % do que era no início da colonização.

Mantém ainda hoje uma grande diversidade de mata nativa, espécies de flora e fauna, principalmente nas áreas protegidas. Além disso, dispõe do maior conjunto de cavernas do estado em Eldorado e Iporanga ( Caverna do Diabo, Santana), que são objeto de grande visitação turística.

A Baixada Santista teve sua mata reduzida em função, principalmente da expansão urbana e industrial, mas mantém a vegetação sobretudo nas escarpas da Serra do Mar, esta também protegida pelo Parque e pelo Tombamento da Serra do Mar e pelo tombamento.

O litoral norte, apesar de apresentar vastas áreas florestadas sobretudo na Serra do Mar, teve sua área costeira bastante degradada em função da grande expansão turística dos últimos anos.

Desde a década de 60 se iniciou um movimento de criação de áreas protegidas nessa porção da Mata Atlântica, tendo sido, no geral, apoiado por organizações da sociedade civil ( ONGs), cientistas, movimentos e associações locais. Um marco dessa mobilização foi a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, como forma de se impedir a construção de uma usina nuclear e de projetos imobiliários.

As principais áreas de conservação da região, administradas pela Secretaria do Meio-Ambiente/Instituto Florestal e pelo IBAMA são (SMA,1997):

*Parque Estadual da Ilha Bela:* cobre cerca de 80% d a Ilha de São Sebastião, com 27.000 hectares, tendo sido criado em 1977, englobando também várias ilhas vizinhas ( Búzios, Vitória). Essa área também foi tombada pelo Condephaat, pois está dentro da Serra do Mar.( 1985). É uma ilha de grande beleza cênica, com forte atração turística apresentando várias fazendas e engenhos do século XIX, além de 15 comunidades caiçaras.

*Parque Nacional da Bocaina,* criado em 1971 com 100.000 quilômetros quadrados, situado no Estado do Rio de Janeiro e litoral norte de São Paulo ( Ubatuba).

*Parque Estadual do Alto Ribeira,(PETAR)* com 37.712 mil hectares, criado em 1958, cobrindo parte dos municípios de Apiaí e Iporanga.. Em 1988, o Decreto Estadual nº 28.086 incorporou ao seu patrimônio uma gleba de terras devolutas, que passou à administração do Instituto Florestal. Foi implantado com o objetivo de proteger paisagens e grutas, bem como permitir a formação de um refúgio para a defesa da fauna e flora. Sua área aproximada de 35.884 hectares está localizada nos municípios de Apiaí

e Iporanga, na região da Serra de Paranapiacaba, portanto, em relevo bastante acidentado. Conta com dois núcleos de desenvolvimento, Santana e Caboclo, e um terceiro em fase de implantação (Ouro Grosso). No Parque destacam-se a sistemas de drenagens subterrâneas compostas por cavernas, grutas e abismos.

Parque Estadual da Ilha do Cardoso ( Cananéia) com 22.500 hectares, estabelecido em 1962. Apresenta uma grande diversidade de ecossistemas terrestres, estuarinos e marítimos. Nele vivem algumas comunidades caiçaras.

O Parque Estadual de Jacupiranga foi criado pelo Decreto-lei Estadual nº 145, de 8 de agosto de 1969, cobrindo parte dos municípios de Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Jacupiranga e Iporanga.. É o segundo maior em extensão no Estado de São Paulo, sendo administrado pelo Instituto Florestal. Possui uma área aproximada de 150.000 hectares e está totalmente inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira e Litoral Sul.

*Parque Estadual Carlos Botelho*, com 37.797 hectares, criado em 1977 nos municípios de Sete Barras, Tapirai, São Miguel Arcaño e Capão Bonito.. É a única UC estadual com situação fundiária regularizada, e conta com infra-estrutura em condições de uso.

*Parque Estadual da Serra do Mar*: em 1977, incorporando várias reservas estaduais já existentes foi criado o Parque da Serra do Mar, com 315.390 hectares cobrindo vários municípios litorâneos paulistas.. Nele está contido a maior área de florestais da Mata Atlântica, formando um dos últimos bancos genéticos da flora e da fauna do Estado de São Paulo. Dentro do Parque situa-se o Núcleo Picinguaba, ( Ubatuba).

Parque Estadual Intervales, com 49.811 hectares, foi criado em 1995 nos municípios de Iporanga, Sete Barras e Eldorado, no Vale do Ribeira.

*APA da Serra do Mar*: A APA da Serra do Mar é uma UC de abrangência regional devido à sua extensão de 469.450 hectares, correspondendo à categoria de maior expressão da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape. Foi criada em 21 de setembro de



1984, pelo Decreto Estadual nº 22.717, e é administrada pela CPLA/SMA. De acordo com o Decreto Estadual nº 43.651, de 26 de novembro de 1998, não integram o perímetro desta APA as terras reconhecidas como de propriedade dos remanescentes dos quilombos, nos termos do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

**Áreas Naturais Tombadas:** A Resolução nº 40, de 6 de junho de 1985, do CONDEPHAAT, instituiu o tombamento da Serra do Mar e da Serra de Paranapiacaba. Segundo ela todos os parques, reservas e áreas de proteção ambiental criados até aquela data, além de promontórios, morros isolados, ilhas e trechos de planícies litorâneas, passaram a ser protegidos por mais este dispositivo legal, chamado de Área Natural Tombada. Além das áreas naturais foram incluídos também no tombamento, três sambaquis na Fazenda Boa Vista, (município de Cananéia), bens arquitetônicos isolados, ruínas da antiga Igreja de São João Batista de Peruíbe (Ruínas de Ababerê), e o seu logradouro público. O principal objetivo do tombamento foi de consolidar as várias iniciativas de conservação da natureza pelo Estado, envolvendo os inúmeros espaços protegidos desta região. De acordo com o Decreto Estadual nº 13.426 de 16 de março de 1979, interferências nas áreas tombadas deverão ser apreciadas pelo CONDEPHAAT. Além do tombamento da Serra do Mar, que é o mais significativo em termos de áreas protegidas, vários outros locais foram objeto da ação do CONDEPHAAT, na forma de Áreas Naturais Tombadas: Maciço da Juréia, Resolução SC-11, de 25 de julho de 1979, localizado no município de Iguape, com 4.500 hectares; ilhas do litoral paulista, Resolução SC-8, de 24 de março de 1994.

APA IGUAPE/CANANÉIA/PERUIBE foi criada EM 1984 De responsabilidade federal, , com cerca de 202.832 hectares. O decreto que a instituiu definiu inúmeras Zonas de Vida Silvestre (ZVS) com critérios rígidos, para assegurar as suas características originais. Por ser uma unidade de uso indireto e de manejo sustentável, permite o exercício de atividades socioeconômicas que deverão acomodar-se dentro dos parâmetros ambientais exigidos.

A APAs engloba também as ilhas do Cambriú, do Castilho e da Figueira, Queimada Grande e Pequena, Ilha de Peruíbe, Bom Abrigo, e conta com outros elementos

protegidos por lei: sambaquis, monumentos arqueológicos e pré-históricos, submetidos à proteção específica decorrente de legislação federal e estadual.

*Estação Ecológica Juréia/Itatins:* criada em 1986, com 80.000 hectares, tendo sido expandida em 2006, com a criação de outras unidades de conservação como parques e reservas de desenvolvimento sustentável, estas últimas em áreas ocupadas tradicionalmente por caiçaras. Ela se estende pelos municípios e Peruíbe, Iguape, Itariri e Miracatu.

*Reserva Extrativista do Mandira:* criada em 2002 pelo Governo Federal, numa área de mangue de cerca de 6.000 hectares, em Cananéia, onde reside uma comunidade quilombola/caiçara. Esse projeto de desenvolvimento sustentável, baseado no manejo de ostras é considerado pioneiro no Brasil por proteger a biodiversidade e a comunidade caiçara.

Além disso, existem outras áreas de proteção menores em extensão, mas de grande importância para a proteção da biodiversidade, como a. Estação Ecológica do Chauás (Iguape), a área de proteção especial de Boiçucanga (S. Sebastião), do Costão do Navio (S. Sebastião), Parque Estadual da Ilha Anchieta (Ubatuba), entre outras.

**Áreas Indígenas:** Na Bacia, são encontradas áreas indígenas ocupadas por famílias pertencentes aos subgrupos Mbya e Ñandeva. A Reserva Itariri, localizada no município de mesmo nome, foi criada pelo Decreto Federal nº 94.225, de 14 de abril de 1987, com 1.212,47 hectares. No município de Cananéia, a área indígena Rio Branco de Cananéia ainda não foi homologada. Existem outras comunidades Guarani em municípios como Peruíbe, Itariri, Cananéia, Pariquera-Açu, Ubatuba e São Sebastião.

Em alguns municípios, como Iguape, Cananéia, essas áreas de proteção representam mais de 40% de todo o território, pelas quais os municípios recebem o imposto chamado ICMS-Ecológico, em compensação pelo fato de nessas unidades de conservação não serem permitidas atividades humanas. No entanto, poucas dessas unidades de proteção integral, principalmente os parques estaduais recebem visitação pública, por estarem desaparelhados para tal.

Por outro lado, a transformação de parte considerável das comunidades tradicionais em unidades de conservação de proteção total, onde, por lei não é permitida a presença humana, tem tido consequências negativas graves sobre o modo de vida das populações caiçaras. No início, algumas dessas áreas conseguiram frear, até certo ponto, a especulação imobiliária, mas depois, com a proibição de fazer roça, tirar madeira para canoas, moradias, instrumentos de trabalho, reformar moradias e escolas, essas comunidades tradicionais tiveram seus direitos civis seriamente ameaçados e em vários casos violados. Não tendo documentos de propriedade, foram considerados posseiros, sem direito à indenização da terra e muitos foram obrigados a deixar seu território para não perecer. O fechamento de escolas e outros serviços públicos também contribuíram para um esvaziamento maior das áreas caiçaras, transformadas (Diegues, 1996).

### ***10.2. A expansão turística.***

O turismo tem sido, desde a década de 50, um elemento profundamente transformador da paisagem do Vale do Ribeira e Litoral Paulista, que se intensificou a partir da década de 70, no litoral norte com a abertura e melhoria das estradas federais e estaduais. A demanda turística maior tem sido por áreas a beira-mar, o que tem levado a uma urbanização caótica, sobretudo em quase todos os municípios litorâneos, em particular na Baixada Santista e Litoral Norte. Ilha Comprida cerca de 200.000 lotes foram vendidos, em parte dos quais foram construídas residências secundárias, muitas das quais não dispõem de serviços de água e esgoto, dificultados pelo fato de se tratar de uma ilha de formação de restinga, ecossistema extremamente frágil. A situação também é caótica em municípios como Praia Grande e vizinhanças.

O impacto mais negativo tem sido a resultante da construção de casas de veraneio e outras instalações turísticas nas praias, o que tem resultado na venda das posses caiçaras a turistas e a transformação dos moradores locais em caseiros, já a partir dos anos 40. Nesse período o caiçara era tido como “preguiçoso de praia”, indolentes, preconceitos que serviam para justificar a expropriação de suas praias e a forçada subida aos morros, com a correspondente dificuldade crescente de manter seus ranchos de pesca. O mesmo preconceito reaparece mais recentemente com a imagem do caiçara destruidor das matas, que tem justificado a transformação de seus territórios em “áreas naturais”, reforçando sua marginalização.

Alguns trabalhos de pesquisa ( Diegues, 1996, Calvente, 1997, Lucchiari, 1992 Angelo Furlan, 2000) tem analisado o comportamento dessas populações tradicionais

frente à invasão turística, indicando as formas pelas quais os locais enfrentam essa nova situação, marcadas pelas tentativas de conviver com os turistas. Na maioria das vezes verifica-se uma desorganização do modo de vida tradicional pela “modernidade”, e em outras ocasiões, a incorporação de novos valores da sociedade urbano-industrial. Em algumas áreas, formaram-se verdadeiros guetos caiçaras, com suas casas encurraladas pela avalanche de residências secundárias.

Os meses de verão dedicados às férias no meio urbano têm constituído uma nova “safra” no calendário de atividades locais, que mobiliza as embarcações de pesca transformadas em barcos de transporte de turistas, casas de pescadores transformados em pousada. O trabalho em construção civil também tem desviado os caiçaras de suas atividades tradicionais de roça, pesca e coleta.

Há, no entanto, formas de resistência e experiências mais positivas em relação ao turismo local, nas quais os moradores se organizaram em associações cujos membros estabeleceram pousadas, organizam não somente passeios a lugares de beleza natural como também mostram aos visitantes as atividades de fabricação da farinha, visita aos cercos de pesca, danças tradicionais, etc. Uma dessas experiências é a do Marujá, bairro caiçara ao sul do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em São Paulo.

Enquanto as comunidades tradicionais se concentravam em bairros urbanos, no litoral, passando a viver da pesca, mantinha-se o modo de vida tradicional. O mesmo não ocorre com a nova urbanização, com a constituição de favelas, algumas deles distantes do mar onde a pesca foi substituída por outras atividades, como a de serviços. Nesses locais predominam as igrejas evangélicas criando um novo tipo de sociabilidade que negam algumas práticas culturais tradicionais, como o culto dos santos e os bailes. Nesse caso, modo de vida e a cultura tradicional passam a fazer parte da memória “da vida no sítio”, onde, para muitos, fixou-se a construção simbólica da “idade de ouro”, quando a vida era melhor.

### **11. A construção da identidade das comunidades tradicionais**

A partir de inícios dos da década de 80, começa a ser construir uma identidade caiçara e quilombola, fruto dos embates contra a especulação imobiliária, contra o autoritarismo ambiental e contra a construção de barragens no município de Eldorado que atingirá, se realizadas, vários bairros quilombolas e porção significativa da Mata Atlântica local.

. Um dos casos paradigmáticos dessa reação é a luta dos caiçaras para permanecer na Estação Ecológica da Juréia-Itatins, criada em meados dos anos 80 e que resultou na expulsão de inúmeras famílias que engrossaram as favelas de Peruíbe e Iguape. Em 2006, após anos de luta, as comunidades caiçaras conseguiram a criação de reservas de desenvolvimento sustentável, modalidade que lhes permite a permanência em suas terras, fazendo o uso sustentável dos recursos naturais.

Uma outra reação à perda do território é a implantação de reservas extrativistas marinhas; através das quais, os pescadores passam a controlar efetivamente o território de uso tradicional dos recursos pesqueiros ou de coleta. A Reserva extrativista do Mandira, em Cananéia foi a primeira reserva decretada, para o manejo e comercialização de ostras. Várias outras reservas estão sendo planejadas na região costeira. O êxito da Reserva Extrativista de Mandira, entre outros benefícios como o aumento de renda, o surgimento de lideranças atuantes, tem aumentado a auto-estima e a identidade caiçara.

Um outro fenômeno recente é articulação de comunidades caiçaras, realizada por ONGs, institutos de pesquisa e associações locais. Essas entidades têm promovido regularmente Congressos e Encontros Caiçaras no Litoral Norte e Sul de São Paulo, com a participação de líderes das comunidades tradicionais, para discussão e solução de problemas comuns.

Nota-se também um renascer de grupos de fandango e danças caiçaras tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo e no Paraná. Uma oficina realizada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em fevereiro de 2003, reunindo vários grupos de fandango do litoral paulista e paranaense, além da constituição de novos grupos de Reisado e Marujada tem servido também para mostrar os aspectos culturais comuns a essas regiões litorâneas.

O apoio às organizações locais, através do programa federal de “pontos de cultura” tem também colaborado para manter viva a tradição musical caiçara. Algumas ONGs locais, como a Associação dos Jovens da Juréia, em Iguape, a Mongue, de Peruíbe, a Rede Cananéia, o Museu Caiçara ( Ubatuba)tem incentivado o surgimento de novos grupos culturais que, sem dúvida, tem contribuído para aumentar a auto-estima dos caiçaras e a sua identidade cultural.

Percebe-se, portanto, a construção de uma auto-identificação dos moradores tradicionais caiçaras e quilombolas, da qual eles passam a ser orgulhar.

Esse *auto-reconhecimento* é freqüentemente, nos dias de hoje, uma *identidade construída* ou *reconstruída*, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com os neo-mitos criados por esta. Parece paradoxal, mas os neo-mitos ambientalistas ou conservacionistas explícitos na noção de áreas naturais protegidas sem população tem contribuído para o fortalecimento dessa identidade sócio-cultural em populações como os quilombolas do Vale do Ribeira, os caiçaras do litoral paulista, etc. Para esse processo tem contribuído também a organização de movimentos sociais, apoiados por entidades não-governamentais.

### **Bibliografia**

- AFONSO, C. 1999 *Uso e ocupação do solo na zona costeira do Estado de São Paulo: uma análise ambiental*, Anablume, SP
- ALMEIDA, Paulino (1945). Da decadência do litoral paulista, in *Revista do Arquivo Municipal*. Ano X, CII.
- ÂNGELO, S. A. (2000) *Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual da Ilhabela)*. Tese de doutoramento no Depto. de Geografia-FFLCH-USP, São Paulo.
- ARAUJO, MAYNARD 1973 *Cultura popular brasileira*. SP. Melhoramentos
- CALVENTE, M (1997) Ilhabela: turismo e território, in Diegues, *As Ilhas e Sociedades Insulares*, NUPAUB, São Paulo.
- CANDIDO, A 1971 *Os parceiros do Rio Bonito*, SP, Duas Cidades
- CARVALHO, M. C. V. (1944). O pescador do litoral do Estado de São Paulo. *Anais do Congresso de Geografia*. (vol. 9). Rio de Janeiro: AGB.
- DIEGUES, A. (1973). *Pesca e marginalização no litoral paulista*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP.
- DIEGUES, A.( organizador) (2002-2006) *Enciclopédia Caiçara* ( vol 1 a 5) Hucitec/Nupaub

- DIEGUES, A. & ARRUDA, R. (2000) *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*, Ministério do Meio-Ambiente, Brasília.
- DIEGUES, A (1996) O mito moderno da Natureza Intocada, São Paulo: Hucitec/Nupaub.
- FORTES, P. (2005) Falares Caiçaras, In Diegues, *Enciclopédia Caiçara, Vol 2*, São Paulo: Hucitec/Nupaub.
- FRANÇA, A. (1954) A ilha de São Sebastião: um estudo de geografia humana, in *Boletim de Geografia*, USP, São Paulo, n. 10.
- IBGE 1991 Sinopse preliminar do censo demográfico, FIBGE, Rio de Janeiro
- ISA-INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 1998 Projeto diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira, São Paulo
- LUCHIARI, M. (1992) *Caiçaras, migrantes e turistas: a trajetória da apropriação da natureza no litoral norte paulista São Sebastião-Maresias*. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas
- MANCEBO, O 2001 Apiaí: do sertão à civilização, SP Omega Editora/Distribuidora
- MARCILIO, M.L.( 1986) Caiçara: terra e população. Estudo de demografia histórica e historia social de Ubatuba, S.P. Paulinas/Cedhal/USP
- MERLO, M. (1997) As vozes do Bonete: uma face de Ilhabela, in Diegues, *As Ilhas e Sociedades Insulares*, São Paulo: NUPAUB/USP.
- MOURÃO, F. (1971) *Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo - Um estudo de sociologia diferencial*. Tese de Doutorado FFCLH/USP, São Paulo.
- MULLER, D. P. (1922) *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. SP. Edição Literal.
- MUSSOLINI, G. (1980) Aspectos da Cultura e da vida social no litoral brasileiro, in Carone, Edgar: *A Cultura Caiçara*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- NUPAUB ( 2002) Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras, Nupaub/USP
- PETRONE, P. (1966) A baixada do Ribeira, Estudo de Geografia Humana, in *Boletim* n. 283. Cadeira de Geografia-FFLCH/USP, São Paulo.
- QUEIROZ, M.I 1973 Os bairros rurais paulistas: a dinâmica das relações bairro rural/cidade.SP. Duas Cidades
- RIBEIRO, D. 1995 O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil,SP. Cia das Letras
- SCARPIN, E. (1991) *São Paulo Bagre: o imaginário religioso num bairro rural de Cananéia*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, São Paulo.
- SCHMIDT, C (1947-1948). Alguns aspectos da pesca no litoral paulista. *Revista do Museu Paulista*. Vol. I, nova série.
- \_\_\_\_\_ (1958) A Lavoura Caiçara, in *Documentário da vida rural*, N. 14. Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro.
- SETTI, K. (1985). *Ubatuba nos cantos das praias*. Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical. São Paulo: Editora Ática.
- SILVA, L. G. (1993). *Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil*, São Paulo: Cemar.
- SMA/SP ( 1997)Coletânea de trabalhos apresentado ao Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba
- TULIK, O 2005 Caiçaras da Baixada Santista: Praia do Góis e Prainha Branca, in A.Diegues ( org) *Enciclopédia Caiçara*, vol 4: História e Memória Caiçara, Hucitec/Nupaub, SP
- LIMA, TAVARES ,1962 Folgedos populares no Brasil, Ricord Brasileira



VALENTIN, A ( 2005) Dos mares e alagados: a vida dos caiçaras, caboclos e libertos no Vale do Ribeira ( 1800-1880) in Diegues, A ( org) Enciclopédia Caiçara, vol 4: História e Memória Caiçara, Hucitec/Nupaub, SP

WILLEMS, E. (2003) *A Ilha de Búzios*, São Paulo: NUPAUB/HUCITEC.